



ACÓRDÃO Nº386/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11638/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Saúde de Tabatinga
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Marlem Riglison Silva Ferreira (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 962/2020-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde de Tabatinga. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a prestação de contas do Sr. Marlem Riglison Silva Ferreira, responsável pelo Fundo Municipal de Saúde de Tabatinga, no curso do exercício de 2017.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Marlem Riglison Silva Ferreira no valor de **R\$ 4.500,00** (quatro mil e quinhentos reais), nos termos do art. 308, VII da Res. 04/02-TCE/AM, que deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.3. **Determinar** ao gestor do Fundo Municipal de Saúde de Tabatinga que:



ACÓRDÃO Nº386/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3.1. atenda às determinações da Lei 4.320/64, mais especificamente quanto ao controle do Almoxarifado e Inventário dos Bens Patrimoniais;

10.3.2. tome as providências necessárias para regularizar a situação do quadro de pessoal, abstendo-se de realizar contratações temporárias que não estejam em perfeita consonância com a exceção constitucional consubstanciada no inciso IX do art. 37 da CRFB/88 e demais normas infraconstitucionais que regulam a matéria.

10.4. Determinar à Secretaria de Controle Externo que tome as providências necessárias para que as irregularidades mencionadas acima sejam incluídas no escopo da próxima inspeção a ser realizada. com o intuito de verificar a adequação do órgão às determinações legais.

10.5. Notificar o Sr. Marlem Riglison Silva Ferreira para que tenha conhecimento da decisão.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Abril de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral